

## SOB AS GARRAS NEOLIBERAIS

Esgotamento sanitário de 21 bairros da Zona Oeste pode ser entregue à iniciativa privada **Págs. 4 e 5**

Concessão de aeroportos pronta para a decolagem **Pág. 8**

## CEG e Light deixam a população em risco

Instalações antigas, falta de manutenção e terceirização com mão-de-obra pouco qualificada resultam em novas explosões de bueiros. Ministério Público obriga Light e CEG a assinarem Termo de Ajuste de Conduta. Acidentes em residências podem ser evitados com nova Lei. **Pág. 3**



## Acordo Nacional dos Eletricitários no impasse



Foto de Claudimor Santana

Paralisação nacional do Setor Elétrico nos dias 20 e 21 de julho, em frente ao prédio da Eletrobras (RJ)

O ACT dos eletricitários, em nível nacional, encontra-se no presente momento relegado ao descaso e ao descompromisso total com o processo negocial por parte do governo federal e da Eletrobras. Após três rodadas de negociação, a companhia unilateralmente apresentou somente como contraproposta para as cláusulas econômicas a reposição do índice de inflação do período (6,51%) e se recusa a discutir as outras cláusulas e continuar as negociações. Nas últimas conversas com representantes da empresa, o discurso oficial para não conceder ganho real, perda de massa e outras perdas que os trabalhadores tiveram no período é, pasmem, o aumento da inflação.

Isto significa um tremendo retrocesso político no interior do governo Dilma. O discurso neoliberal que cabia bem dentro do governo FHC soa falso, fora de moda e cínico na boca de quem, há oito anos, o combateu, além de falacioso e mistificador. Sabemos muito bem que a inflação tem outras causas, como certos preços administrados pelo próprio governo além dos setores oligopolistas da economia que repassam aumentos de preço quando bem entendem. Hoje, o governo anunciou que vai aumentar a gasolina, que sabemos ser um forte causador de inflação.

A má gestão das empresas do setor elétrico é fato notório e o desapareço continuado com seus trabalhadores pode levar o sistema a problemas imprevisíveis.

## É hora de reagir

■ JORGE DARZE\*

Não há dúvida de que a administração pública em nosso país vem sendo desprestigiada e desrespeitada pelo Poder Público, gerando situações que nunca pensamos que um dia pudessem ocorrer na história da nação. Escolas sem professores e funcionários, polícia sem equipamentos e quantitativo de pessoal para garantir a segurança do cidadão, saúde em estado de calamidade pública, com suas unidades deficitárias de servidores e de investimentos para dar resolutividade aos atendimentos, além de baixos investimentos no campo social. Estes exemplos são fruto da implantação de um programa político de concepção neoliberal, que aposta no mercado como regulador social, reduzindo o papel do Estado na economia e nas suas funções sociais. Em nosso país, ele ganhou força na Era Collor, com a abertura da economia e a globalização do capital. Mais adiante, as empresas públicas foram privatizadas sob o argumento de que o Estado não deveria se ocupar com essas funções e que os recursos arrecadados iriam beneficiar áreas sociais estratégicas. Isso não ocorreu, e até hoje se investiga o paradeiro desse dinheiro.

Seguindo o binômio privatizar e desregular, a bola da vez são os serviços, incluindo a saúde e a educação. Com recursos expressivos, a saúde é um grande atrativo para o setor privado, inclusive a saúde complementar, que busca, no público, atendimento sem remuneração e a possibilidade de comprar leitos, principalmente de alta complexidade, a um custo baixo, mas de qualidade. Para dar sustentação a esse projeto, as autoridades que o defendem argumentam que a administração pública é ineficiente e é preciso modernizar o Estado. Assim, trazendo a “eficiência” do privado, o novo modelo de gestão poderia, em tese, garantir a melhoria

da qualidade da assistência. Premissa falsa. A eficiência não está vinculada à personalidade jurídica existente. No setor público, inúmeras referências bem sucedidas demonstram que o que vale é a gestão profissional com interesse público. O que falta é vontade política para que a administração pública dê certo.

A violação da Constituição Federal tem sido a principal arma dos defensores do desmonte da administração pública e da sua entrega ao setor privado. Exemplo disso, nós encontramos na não realização de concurso público, na resistência para implantação dos planos de cargos e carreiras, no congelamento salarial, na reforma previdenciária, com extinção da paridade entre ativos e inativos

e nas aposentadorias com valor abaixo dos salários, na redução das pensões, no crescimento da mão de obra terceirizada sem concurso e na discriminação salarial que privilegia este grupo.

Assim, nós, representantes de instituições, temos de tomar medidas constantes na defesa da legalidade do Estado Democrático de Direito. Os últimos movimentos com ampla repercussão junto à opinião pública, como o dos bombeiros militares, que recebeu total apoio da popu-

lação, o acampamento dos profissionais de educação na porta de sua secretaria, a mobilização dos policiais e o atual movimento dos médicos e demais profissionais de saúde da rede municipal, demonstram que a única saída para reverter este quadro é a luta em defesa do serviço público. Não tenhamos dúvida de que nesse projeto, imposto pelo Banco Mundial e assumido por todas as esferas de governo, não há margens de negociação que permita reverter essa “onda” devastadora. O que nos cabe é lutar e buscar o apoio da população, até porque, as nossas vitórias garantirão a melhoria dos serviços prestados.

\* Presidente do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro

Com recursos expressivos, a saúde é um grande atrativo para o setor privado



**Sengen RJ** SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**PRESIDENTE**  
Olimpio Alves dos Santos

**DIRETORIA**  
Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Antonio Carlos Soares Pereira, Antonio Gerson Ferreira de Carvalho, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Francisco Parentes de Rezende Correa, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Antônio da Silva, Jorge Saraiva da Rocha, José Amaro Barcelos Lima, José Stelberto Porto Soares, Julio César Arruda de Carvalho, Luiz Antônio Cosenza, Lusía Maria de Oliveira, Marco Antônio Barbosa, Maria Virginia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Paulo Cesar Quintanilha

**CONSELHO EDITORIAL**  
Agamenon Rodrigues Oliveira, Antonio Gerson de Carvalho, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco Nascimento Filho, Flavio Ribeiro Ramos, José Stelberto Porto Soares, Miguel Santos Leite Sampaio e Olimpio Alves dos Santos

**CONSELHO FISCAL**  
**Titulares:** Nei Rodrigues Beserra, Paulino Cabral da Silva, Sergio Gomes dos Santos; **Suplentes:** Agostinho Guerreiro, Rubem Corveto de Azeredo, Sonia da Costa Rodrigues.

JORNAL DO  
**Engenheiro**

**Edição:** Júlia Gaspar  
(MTE 28.318/RJ)  
**Estagiária:** Adriana Martins  
**Diagramação:** Leonardo Santos  
**E-mail:** imprensa@sengerj.org.br  
**Tiragem:** 5.000 exemplares  
**Periodicidade:** Mensal  
**Impressão:** Monitor Mercantil

SENGE-RJ – Av. Rio Branco, 277, 17º andar Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20040-900

Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733 Endereço: [www.sengerj.org.br](http://www.sengerj.org.br) Correio eletrônico: [sengerj@sengerj.org.br](mailto:sengerj@sengerj.org.br)

# Empresas Terceirizadas não têm mão-de-obra qualificada

Light e CEG estão na mira do Ministério Público e terão que ajustar sua conduta

Júlia Gaspar

O Termo de Ajuste de Conduta (TAC) assinado pela Light, prevê multa para cada bueiro que explodir. Também impõe que a Light reforme 4 mil galerias subterrâneas nos próximos dois anos, garantindo monitoramento e o uso de sensores eletrônicos de gás, de água e de presença humana. O Ministério Público exigiu da Light o pagamento de R\$ 100 mil em casos de morte, lesão corporal e danos aos patrimônios público ou privado. No dia 28 de julho, a CEG, após muita resistência, também assinou o TAC.

Na tentativa de evitar acidentes nas residências, o promotor de Justiça de Defesa do Consumidor Rodrigo Terra

defende a votação do Projeto de Lei 762, na Alerj, sobre a obrigatoriedade de vistoria de gás nas instalações residenciais.

**JE- Quando a Light assinou o Termo de Ajuste de Conduta? Qual a importância deste TAC?**

**RT -** O TAC foi assinado no início de julho e a importância dele está na previsão do cronograma para a recuperação das redes subterrâneas e da multa por explosão de bueiros.

**JE- Com a terceirização, a Light executou serviços mal feitos, sem o devido treinamento de pessoal. Há expectativa de melhorar os serviços da Light através do TAC?**

**RT -** Claro, a própria responsabilização da

empresa em caso de nova explosão tem a finalidade de motivá-la a melhorar o seu serviço.

**JE- Em várias instalações onde ocorreram acidentes foi constatada a presença de gás. É fato que também as terceirizações feitas pela CEG resultaram em serviços mal feitos, principalmente na conversão da rede para o gás natural, quando muitos acidentes com mortes ocorreram. A CEG está no mesmo caminho?**

**RT -** Sim, a CEG já assinou o TAC. Queremos também a aceleração do seu cronograma de substituição de redes antigas, como a aplicação de multa em caso de explosão provocada por vazamento de gás.



**JE- Tendo em vista que, em 11 de julho, problemas na instalação interna provocaram a morte de uma mulher no banheiro de seu apartamento, o senhor, que tem lutado pela obrigatoriedade de revisão dessas instalações, entende que o PL 762 pode ser aprovado?**

**RT -** O PL tem de ser votado, tem de ter algum andamento na Alerj. O que não tem cabimento é a sua paralisação por anos a fio, enquanto as mortes continuam, quando poderiam ser evitadas com a realização de inspeções das instalações de aquecedores a gás, principalmente.

## PRIVATIZAÇÃO, DESPREPARO E MORTE

Projeto de lei que torna obrigatória a vistoria gratuita das instalações de gás nas residências deve ser votado na Alerj

Júlia Gaspar

A coordenadora do Movimento Morte por Gás Nunca Mais Fátima Rodrigues está na expectativa de aprovação do PL 762, que obriga a CEG fazer, a cada dois anos, a vistoria das instalações de gás nas residências. “Precisamos explicar à população que a explosão de bueiros está vinculada também à conversão de gás manufaturado para o natural”.

### Despreparo

Fátima Rodrigues afirma que a cidade não foi suficientemente preparada para receber a pressão do gás natural. “O ex-juiz e atual desembargador Cairo Ítalo França David, em 2001, por conta de uma morte, suspendeu o processo de conversão por dois anos e alertou tanto ao Governo do Estado, quanto aos dirigentes da CEG, que, se a cidade não fosse devidamente preparada para receber o novo gás, com pressão maior, teríamos tragédias em sequência.”

Fátima Rodrigues explica que, na maioria dos casos, esta conversão não foi feita de forma segura. “As empresas terceirizadas que fizeram a conversão não tiveram o treinamento adequado do

seu pessoal, nem os que estão nas ruas hoje têm o treinamento adequado”.

### Perdas

Ela fala dos números de mortes por gás. “De acordo com as estatísticas dos bombeiros, o processo de conversão matou cerca de 10 pessoas por ano, nos 10 anos de conversão, no estado do Rio.

Fátima Rodrigues perdeu sua filha, Carolina Macchiorlatti, de 19 anos, em 2006, segundo ela, por erro de funcionários terceirizados mal treinados na conversão do gás. A também coordenadora do Movimento Morte por Gás Nunca Mais Suzana Barros teve a mesma infelicidade, perdendo a filha de 15 anos, Raquel Gonçalves Coutinho, em 2006.

### Desinformação e má qualidade dos serviços

Antonio Gerson de Carvalho, diretor do SENGE-RJ, ex-funcionário da CEG e ex-superintendente de Gás do Estado, alerta que o principal problema é a desinformação. “É fundamental que as concessionárias sejam obrigadas a orientar

a população para os cuidados fundamentais no uso de aparelhos a gás, principalmente em relação à necessidade de ventilação do ambiente, e tanto nas residências como nas ruas, quando percebem cheiro de gás, a denunciar o fato e cobrar providências. Infelizmente, a população não pode contar com as Agências Reguladoras, que poderiam obrigar as concessionárias a fazerem campanhas de esclarecimentos. Por isso, iniciativas como as do Crea-RJ, em defesa da população nos acidentes, e a participação do SENGE-RJ, fornecendo informações, são essenciais”.

### Light reconhece o problema da terceirização

O diretor do SENGE-RJ e engenheiro da Light Carlos Cruz explica que o atual presidente da Light é o primeiro de uma empresa privatizada a reconhecer que a terceirização da manutenção do sistema subterrâneo foi um equívoco. “A privatização é o caminho mais fácil para o lucro rápido. Com tanta terceirização, houve a perda da memória técnica. Hoje, a empresa não sabe a idade dos equipa-

mentos que estão no subsolo e quais precisam de manutenção. A Light pagava por um serviço de manutenção e acompanhamento da rede que não era executado pelas terceirizadas e está colhendo os frutos disso”.

De acordo com Carlos Cruz, o presidente da Light, Jerson Kellman, declarou em entrevista à rádio CBN que a terceirização das equipes responsáveis pela manutenção da câmaras subterrâneas pode ser a culpada pelos acidentes nos bueiros da cidade. Cruz conta que Jerson Kellman assumiu o cargo na Light tendo 50 profissionais próprios para a manutenção da rede subterrânea e, hoje, o quadro contempla 300. “O presidente da Light cancelou contratos com terceirizados e iniciou um processo de primarização destes serviços. Estes profissionais requerem um treinamento de 6 meses; depois ficam mais um ano e meio trabalhando sob orientação de profissionais mais experientes. Este é um custo que terceirizadas não aceitavam”.

O engenheiro Carlos Cruz afirma que, para voltar a ter o padrão do tempo de estatal e por causa do período de estagnação na manutenção da sua rede, a Light está investindo 88 milhões de reais neste ano; em 2012, investirá mais 160 milhões de reais e, em 2013, investirá mais 160 milhões.

# Poder Público quer privatizar o esgoto da Zona Oeste

Adriana Martins

O projeto de lei do Executivo Municipal do Rio de Janeiro, que permite a privatização do sistema das redes de esgoto de 21 bairros da Zona Oeste, foi aprovado pela Câmara dos Vereadores, no final de junho. Caso a proposta ganhe votações no plenário, o município passará a concessão das redes de esgoto da região AP-5, que inclui Campo Grande, Realengo, Bangu, Paciência, Santa Cruz, entre outros, para um concessionário, ou seja, uma empresa privada.

A proposta entrega um serviço público obrigatório para a iniciativa privada, com os argumentos de atender à expansão do saneamento na região metropolitana do Rio para os megaeventos esportivos, de 2014 e 2016. Acadêmicos, sindicalistas e representantes do governo debatem sobre a atuação dessas empresas privadas na garantia do saneamento básico, um direito do cidadão que deveria ser encargo do Estado.

Concederam entrevistas sobre o tema para o Jornal do Engenheiro, a professora e pesquisadora do Observatório das Metrôpoles, programa Prourb da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Ana Lúcia Britto; o secretário-chefe da Casa Civil da Prefeitura do Rio de Janeiro, Pedro Paulo Carvalho;

e o diretor do SENGE-RJ e engenheiro sanitarista Stel Soares.

## Falta de Prioridade

Uma pesquisa do Instituto Trata Brasil, com apoio da Fundação Getúlio Vargas, sobre as necessidades de expansão do saneamento na região metropolitana do Rio de Janeiro para a Copa de 2014, mostrou que, embora com crescimento de 53% no número de domicílios com acesso às redes de esgoto, entre os anos 2000 e 2010, cerca de 250 mil domicílios ainda não estão conectados a essa rede coletora de esgotos. A pesquisa apontou também que a região deverá universalizar a coleta e o tratamento de esgoto, com investimento de mais de R\$ 1 bilhão.

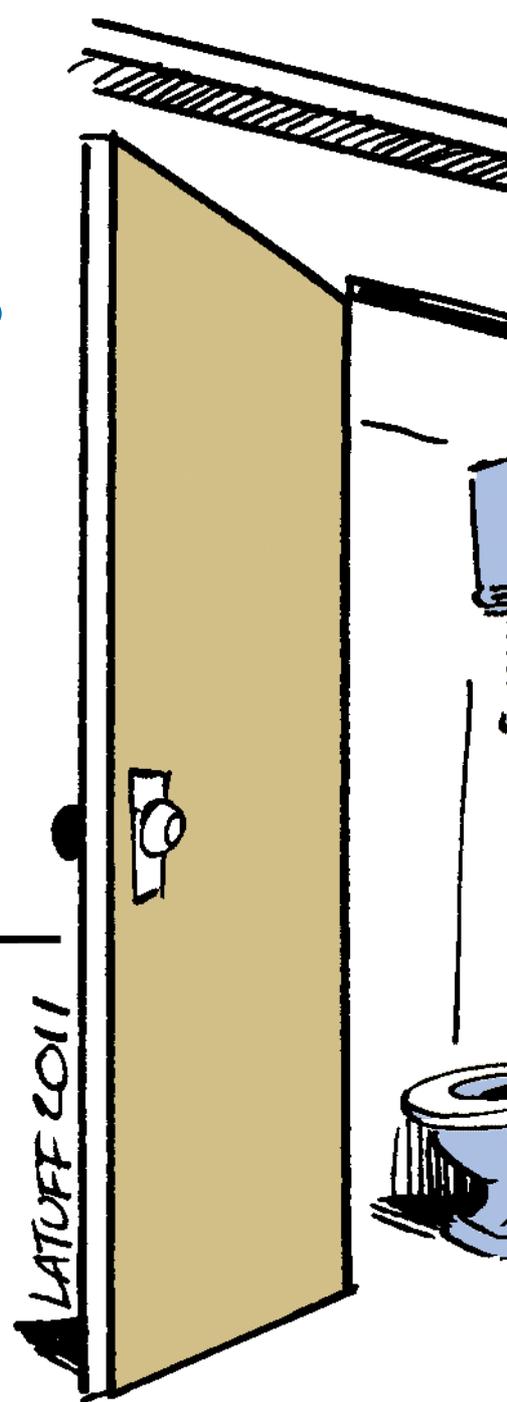
No entanto, a professora e pesquisadora Ana Lúcia Britto, do Observatório das Metrôpoles, programa Prourb da Universidade Federal do Rio de Janeiro, alerta a população para a falta de prioridade e de planejamento por parte do governo quanto à concessão do esgotamento sanitário a empresas privadas. Embora a prefeitura do Rio de Janeiro, o Governo do Estado e a Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae) tenham assinado um contrato de interdependência, que estabelece o papel do município, da futura concessionária e da Cedae na prestação dos serviços, a concessão é consi-

derada pelo diretor do SENGE-RJ Stel Soares um problema, sob a ótica gerencial.

Para uma primeira concepção, Ana Lúcia diz que a maior parte dos bairros da região AP-5 não tem redes de esgoto, mas um sistema unitário ligado às redes de drenagem dos canais, o que polui os rios da região. A situação é grave, para a pesquisadora, mas poderia ser minimizada, caso a empresa responsável pelos serviços, a Cedae, cumprisse seu papel. Mas segundo Ana Lúcia, o que se nota é a falta de comprometimento por parte da companhia ao que deveria ser direito da população. “A Cedae investe muito em abastecimento de água, em melhorias da situação financeira da companhia, mas não prioriza o esgotamento sanitário e muito menos essa região da Zona Oeste”.

## Fiscalização dos serviços

Ana Lúcia Britto ainda chama atenção para o sistema regulador dos serviços. Segundo o Edital de Licitação para a concessão, o órgão do município que vai regular esses serviços é a Rio Águas, que já foi uma fundação e passou a ser um órgão interno da prefeitura. Ana Lúcia reconhece que há muita competência na Rio Águas, entretanto, “a empresa não é estruturada para ser uma agência reguladora. Há cursos de regulação, tem pessoas formadas no campo, além de toda



uma prática de regulação sendo estabelecida no Brasil há algum tempo e que não é o perfil da Rio Águas”, afirma.

Quando procurada pelo JE, a Rio Águas encaminhou a demanda ao secretário-chefe da Casa Civil da Prefeitura do Rio de Janeiro, Pedro Paulo Carvalho, que confirmou a permanência da Cedae nos abastecimentos e em novas ligações de água. Segundo o secretário, a companhia de água abrirá mão da gestão comercial para receber da concessionária vencedora o valor do serviço prestado às redes de esgoto. “Esse modelo é inédito no Brasil e, ao final, todos os benefícios construídos pela concessionária voltam como ativos para a prefeitura”, diz, em relação aos investimentos de mais de R\$ 1,6 bilhão em redes, estações de tratamento de esgoto e elevatórias. “Entendemos que um órgão da prefeitura pode fiscalizar melhor esse modelo”.

Para Stel Soares, a Rio Águas voltou a ser uma fundação para atuar como ente



## Proposta de concessão de serviço de esgotamento sanitário causa polêmica entre acadêmicos, sindicalistas e representantes do governo

regulador dos serviços de esgoto, mas ainda carece de estrutura: “A Rio Águas tem estrutura para operar o resto da cidade? Vai privatizar o resto da cidade?”, questiona o diretor do SENGE-RJ. Segundo Stel, que também é engenheiro sanitário, a Cedae admite que vai operar nas regiões onde há Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). Mas não há prazos nem prioridades. “Todos os sistemas de esgoto dos 675 complexos, que abrigam as 1.020 favelas na cidade do Rio, são de responsabilidade do município, conforme o acordo firmado durante governo do ex-prefeito César Maia. A AP-5 está sendo privatizada, mas dos esgotos das favelas, não se fala nada”, ressalta.

### Concessão onerosa para a população

Segundo a Casa Civil da Prefeitura do Rio, o vencedor da concessão receberá

cerca de R\$ 3 bilhões em receitas ao fim do contrato, que será de 25 anos; em contrapartida, terá que investir muito nos dez primeiros anos. Além disso, caberá ao concessionário fazer seu plano de investimentos, sem aumento de tarifas. “Isso é válido inclusive nas regiões mais carentes, onde a Cedae mantém tarifas sociais mais baratas, como em conjuntos habitacionais”, diz o secretário-chefe.

No entanto, Ana Lúcia Britto mostra o outro lado do contrato, o qual diz que o concessionário não é obrigado a atender as áreas de ocupação irregular. “Mas a área de ocupação irregular, por exemplo, é onde a população mais cresce. Só Santa Cruz tem 68 loteamentos clandestinos e 33 favelas. Isso tudo vai ficar fora dos planos”, relata. Stel Soares cita a região de Nossa Senhora das Graças, a qual abriga 10 mil pessoas, em residências sem infra-estrutura adequada. “A área tem três estações de trata-

mento de esgoto construídas, 11 elevatórias, mas está tudo parado”.

Essa concessão, segundo o Edital de Licitação, seria onerosa, ou seja, ganha o processo quem paga mais, e não quem oferece a melhor tarifa, tampouco a companhia mais qualificada. “Vai ganhar a concessão quem oferecer mais recursos, mais renda para a prefeitura. Isso poderia ser, ao menos, uma opção de investimento. Mas esse não parece o caso, porque nada disso consta no edital. Se investissem, pelo menos, nessas áreas de favela que estão fora do edital”, completa Ana Lúcia.

### Falta investimento no saneamento básico

Ana Lúcia considera desnecessária a atuação das empresas privadas para garantir o saneamento básico à população, mas acha fundamental o investimento público para melhorar o serviço. “Não creio que o caminho para viabilizar o acesso aos serviços de saneamento adequados seja a privatização, até porque, em princípio, é um mau negócio para o setor privado, já que a maior parte da população da área é de baixa renda. A Cedae tem alto índice de inadimplência na região. Acredito que o bom serviço pode ser feito através de muito investimento público”.

Ainda de acordo com Ana Lúcia, o Plano Municipal de Saneamento, ainda em discussão a nível nacional, deveria ser uma diretiva para orientar conjuntos de investimentos fragmentados, porém, a proposta tem várias lacunas e não foi aprovada. Quanto ao déficit dos serviços concentrado na população mais pobre, Ana Lúcia afirma que os problemas graves em relação à falta de acesso ao esgotamento sanitário estão nas áreas dos loteamentos populares e não nas áreas mais elitizadas.

De acordo com Stel Soares, é fundamental a implementação do plano para regulamentar as licitações e forçar a empresa vencedora da concessão a apresentar metas para a região. “Estão colocando uma licitação quando ainda nem existe um plano municipal de saneamento firmado, que daria as metas a serem alcançadas e mostraria o que é prioridade naquela área de abrangência”.

### Município fragmentado

Para Ana Lúcia, a privatização divide as instituições e, caso a concessão se viabilize no Rio de Janeiro, o município ficará mais fragmentado. Ela cita o exemplo da privatização da região do Porto, com o futuro Porto Maravilha, em que parte da cidade ficará sob comando de concessionárias privadas. “Entendo que teremos um município completamente fragmentado, em termos de estrutura de prestação de serviços. E eu não creio que essa seja a melhor opção”, argumenta.

O diretor do SENGE-RJ Stel Soares considera que a privatização das redes de esgoto engloba uma série de irregularidades, entre elas o fato de privatizar um monopólio natural. “É uma pretensão privatizar. Em princípio, sou contra a iniciativa privada em algo que seja natural, e esgoto é monopólio natural. A concorrência tem sentido quando se pode optar”.

De acordo com a lei 11.445/07, que regulamenta a prestação de serviços de saneamento, é vedada ao município e à concessionária a possibilidade de acessar recursos do Governo Federal. Ainda segundo a lei, todo processo de concessão deve ser mediado por uma consulta pública. A pesquisadora Ana Lúcia diz que deveria haver um debate maior com a população.

### Solução ou extensão do problema

O governo municipal considera a privatização uma solução, a qual, segundo Pedro Paulo Carvalho, poderá oferecer um sistema de esgoto e tratamento para 90% da população daquela região. Para a pesquisadora do Observatório das Metrópoles, no entanto, a privatização não vai contribuir para o bem-estar da população. “Os termos de contrato, o Plano Municipal de Saneamento e a realidade objetiva da área são elementos de uma equação que indicam que essa privatização não vai resolver o problema de esgotamento sanitário daquela área”, alerta Stel Soares. Ele concorda com Ana Lúcia e diz que a concessão poderá gerar conflitos do ponto de vista gerencial e administrativo. Ainda para o engenheiro, a ideia de privatização soa como “voluntarismo privatista sem planejamento, aliás, mais uma vez falta de planejamento”, explicita.

### QUADRAS

O lânguido olhar que o camelo lança  
bem ao fundo transmite a certeza  
da aridez da imensa tristeza  
como o deserto dos sem esperança

### LIMITES

A mente sabe o que quer.  
O corpo atende ou não,  
por uma simples razão:  
só faz se puder.

.....  
Na dúvida, que decisão tomar?  
O destino descortina forquilhas  
cujos rumos precários são as trilhas  
que podem levar a qualquer lugar  
.....

### PENSANDO BEM

Algumas das coisas que começamos  
nem sempre precisam ser terminadas.  
As interrompidas ou adiadas,  
podem dar as soluções que precisamos

### VITRINE

Na foto, uma modelo com lingerie  
Arte, sedução, apelo ótico.  
Está mais para o erótico?  
Na mente guardo o que preferi.

### VELHO ÁLBUM

Voltamos ao passado  
à procura de um fato  
a ser encaixado  
no incômodo retrato

### GESTOS NO VENTO

movimentos controvertidos  
Regidos por pernas cadenciadas  
dão ares sensuais aos vestidos  
em mulheres que deslizam delicadas

### DECEPÇÃO

a rede do pescador  
lançada na baía  
traz o lixo da prosperidade  
que foi luxo um dia

Raul Pessôa é engenheiro civil



*"Nada de imitar seja lá quem for,  
temos que ser nós mesmos,  
Ser núcleo de cometa, não  
cauda. Puxar fila, não seguir a fila."*

(Monteiro Lobato – parte de texto escrito em 1926)

### Injustiça

Por mais que eu pense,  
Mais me embaraço.  
Quanto mais estudo,  
E por mais que eu faça,  
Ela ginga, mas nunca vinga.  
Ai eu viro um bagaço.  
Ela tem que existir em algum lugar,  
Debaixo da terra,  
No espaço a vagar.  
Ou nas ondas do mar!  
E há séculos é sempre assim.  
Os que labutam nunca alcançam,  
E ainda dizem  
que sua balança é equilibrada,  
Que piada! Que injustiça!  
Onde esta você..... Justiça?

### Normal é educação integral

O professor forma o doutor,  
Mas este não lhe dá o valor.  
Também forma o militar,  
Que só pensa em marchar.  
E o mestre segue sua sina,  
Não importa a quem se ensina.  
A ninguém ele discrimina.  
No planeta a educação é integral,  
No mundo isso é normal.  
Por isso, num protesto formal.  
Eu dou um grito rasgado,  
Enquanto o educador  
Ganhar menos que um soldado,  
Nosso Brasil continuará errado.

Elson Oliveira é engenheiro eletricitista

• A coluna “Engenharia Cultural” é destinada a engenheiros que queiram publicar poesias, contos, crônicas, histórias de vida, ou mesmo fotos em alta resolução (300dpi) sobre a cidade ou de denúncia social. Para participar, envie sua colaboração para: [imprensa@sengerj.org.br](mailto:imprensa@sengerj.org.br)

# art

GARANTIA PARA  
O ENGENHEIRO  
E A SOCIEDADE

**Engenheiro**, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o **número 27**. Desta forma, você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o Senge fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato ([www.sengerj.org.br](http://www.sengerj.org.br)) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.

# Os pisos salariais negociados em 2010

No último mês de junho, o DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – divulgou o estudo “Balanço dos pisos salariais negociados em 2010”, que analisou o resultado de 660 negociações coletivas de pisos salariais do setor privado. As informações consideradas neste estudo, oriundas de convenções e acordos coletivos, foram recolhidas e registradas no Sistema de Acompanhamento de Salários (SAS-DIEESE), que desde 2004 analisa o resultado das negociações coletivas de pisos salariais.

Por tratar-se de um painel de informações e não de uma amostra estatística, o resultado apresentado não permite extrapolações para além das 660 negociações examinadas em 2010, dado que a maioria das unidades de negociação fixa dois ou mais valores para pisos salariais em seus instrumentos normativos.

O estudo define piso salarial como o menor valor estabelecido em acordo ou convenção coletiva de trabalho para trabalhadores que desempenham a atividade-fim da empresa ou categoria.

O conceito de piso salarial não deve ser confundido com o de salário mínimo. Além de expressar o menor valor da remuneração de determinada categoria profissional e econômica, estabelecido em negociação coletiva

ou por meio de sentença normativa, o Piso Salarial é um direito dos trabalhadores relacionado à extensão e complexidade do trabalho, conforme determina a Constituição de 1988<sup>1</sup>, que acolheu uma das reivindicações históricas do movimento sindical. Por sua vez, o Salário Mínimo é uma garantia social mínima definida por lei, e, conforme a Constituição, deveria ser capaz de atender às necessidades básicas do trabalhador e sua família, o que inclui itens como “moradia, alimentação, educação, saúde, lazer,

à inflação verificada no período.

Outra informação que reforça esse bom desempenho das negociações dos pisos salariais é que mais da metade deles – cerca de 52% – concentraram-se na faixa de 2% a 6% de ganhos superiores ao índice inflacionário. Em média, em 2010, os reajustes dos pisos apresentaram ganhos reais de 4,58%. Além disso, 13% das unidades de negociação do painel registraram ganhos reais acima de 8%. O maior ganho real incidente sobre um piso salarial, em termos

“O Piso Salarial é um direito dos trabalhadores relacionado à extensão e complexidade do trabalho, conforme determina a Constituição de 1988”

vestuário, higiene, transporte e previdência social”, devendo ainda ser “reajustado periodicamente, de modo a preservar o poder aquisitivo<sup>2</sup>”.

Em 2010, 94% dos 660 pisos salariais pesquisados conquistaram aumentos superiores ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O percentual de pisos salariais com reajustes inferiores ao INPC-IBGE, por outro lado, foi de 4%. As demais negociações, cerca de 2%, igualaram o índice de reajuste

percentuais, foi de 34,3%, ao passo que a maior perda real verificada foi de 8,6%.

Em valores nominais, o piso salarial médio apurado foi de R\$ 669,16, valor muito distante do maior registro – R\$ 2.600,00. Por outro lado, o menor piso salarial do painel equivalia ao salário mínimo vigente à época, R\$ 510,00.

Por fim, convém ressaltar que, apesar dos resultados positivos observados em 2010, no que se refere aos percentuais de reajustes, o painel do SAS-DIEESE mostra que

mais da metade dos pisos salariais praticados não ultrapassava os R\$ 600,00. Valor esse que superava em apenas 17,65% o salário mínimo nacional de 2010. No caso dos pisos com valores situados entre R\$ 510,00 e R\$ 765,00, isto é, que equivaliam a até 1,5 vezes o salário mínimo vigente, encontramos nada menos que 82,1% do total das unidades de negociação registradas no SAS-DIEESE em 2010.

Tais valores indicam que, assim como o salário mínimo, a maioria dos pisos profissionais estabelecidos em acordos ou convenções coletivas se mostram incapazes de garantir aos trabalhadores e seus familiares o conjunto de bens e serviços capazes de assegurar a satisfação de suas necessidades e direitos, tal como previsto em nossa Constituição.

Para maiores detalhes, encontra-se na página eletrônica do DIEESE a publicação Estudos e Pesquisas n° 57: Balanço dos pisos salariais negociados em 2010.

(www.dieese.org.br)

<sup>1</sup> Constituição da República Federativa do Brasil, capítulo II, Dos Direitos Sociais, artigo 7º, inciso V

<sup>2</sup> Constituição da República Federativa do Brasil, capítulo II, Dos Direitos Sociais, artigo 7º, inciso IV

## Ação vitoriosa contra o assédio moral

SENGE-RJ tem mais um ganho a favor dos direitos dos trabalhadores

Adriana Martins

O diretor do SENGE-RJ Antonio Gerson de Carvalho foi vitorioso na ação por danos morais contra a Companhia Distribuidora de Gás (CEG), em decorrência de assédio moral

ocorrido no ambiente de trabalho. O recurso, deferido em segunda instância, teve provimento no mês de junho. Segundo a advogada do Sindicato Gisa Machado Silva, assédio moral é a prática que consiste na violência

psicológica a que é submetida o trabalhador por seu empregador, chefe ou mesmo por um colega de trabalho. Esse ganho é mais uma prova de que é válido recorrer aos direitos trabalhistas.



# Sob céus brasileiros, o lucro estrangeiro

Governo pretende privatizar aeroportos e entregar a aviação civil ao capital do exterior

Júlia Gaspar

O problema da infraestrutura aeroportuária não é novidade. E a estratégia do governo de deixar um setor sem os devidos cuidados que lhe são obrigação, para justificar a necessidade de privatizar também não. Chegou a vez do governo tentar entregar concessões de aeroportos ao setor privado.

O presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Aviação Civil, Celso Klafke, afirma que as experiências de outros países que privatizaram seus aeroportos foram ruins para a população e levaram ao aumento de tarifas.

Celso Klafke diz que há falta de planejamento para o setor aéreo e que as resoluções do Conac e a Política Nacional para a Aviação Civil não estão sendo cumpridas pelo governo e pela Anac.

## Qual a sua opinião sobre a privatização dos aeroportos?

**CK** – Nós, trabalhadores da aviação civil, somos contrários à iniciativa do governo de privatização dos aeroportos da Rede Infraero e estamos em negociações com o governo, debatendo o assunto, a fim de defender os direitos dos trabalhadores, especialmente os aeroportuários (funcionários da Infraero) e da sociedade brasileira, em defesa do patrimônio público e do interesse social.

## Por que a privatização se apresenta como uma alternativa?

**CK** – Não entendemos que é correto privatizar os aeroportos já construídos e geridos pela Infraero. Contudo, acreditamos que os novos investimentos em infraestrutura aeroportuária possam ser compartilhados entre governo e iniciativa privada, a fim de alavancar a modernização e ampliação necessária a esse setor, que vem apresentando índices de crescimento da demanda de forma extraordinária em nosso país.

## O Brasil vai conseguir atender às demandas da Copa de 2014 e das Olimpíadas 2016?

**CK** – Acreditamos que sim, que o governo federal, os governos estaduais e municipais, assim como a população brasileira estão esforçando-se para dar conta desse desafio, mas salientamos que a ampliação da infraestrutura aeroportuária é uma necessidade urgente, que independe desses mundiais, uma vez que a demanda hoje já excedeu a capacidade de muitos aeroportos. É preciso crescer



com planejamento e políticas bem definidas, com cada parte envolvida cumprindo com suas responsabilidades, tanto o governo, através do Conac (Conselho Nacional de Aviação Civil) e da SAC (Secretaria de Aviação Civil), quanto o órgão regulador (a Anac) e as empresas aéreas.

## Acontecendo a privatização, haverá aumento de tarifa?

**CK** – As experiências de outros países que privatizaram seus aeroportos foram ruins para a população e levaram sim ao aumento de tarifas. Mas, principalmente, tiraram do governo uma função essencial de controle do espaço aéreo nacional, da segurança de voo e do país. Defendemos que o governo deve continuar à frente dos aeroportos, a fim de defender o espaço aéreo brasileiro e garantir a segurança operacional, que diz respeito a todos que voam (passageiros e tripulantes), assim como aos trabalhadores e usuários dos aeroportos e a toda a população, especialmente a dos bairros próximos aos aeroportos. Esse controle protege o nosso território, não só os terminais aeroportuários. Além disso, não podemos deixar nas mãos dos interesses do capital algo tão estratégico para a defesa do nosso país e para o povo brasileiro, que é o direito de ir e vir, propiciado com o Transporte Aéreo.

## Qual será o prazo médio das concessões?

**CK** – Detalhes da proposta estão sendo desenhados pelo governo. Esperamos participar das discussões e evitar que a privatização se dê levando a Infraero a perder o controle dos aeroportos que detém hoje.

## Por que há tantos problemas (superlotação, atrasos) nos aeroportos?

**CK** – Há falta de planejamento e política para o setor aéreo. Temos resoluções do Conac e uma Política Nacional para a Aviação Civil (PNAC) que não estão sendo cumpridas pelo governo e pela Anac. A Anac vem fazendo suas próprias políticas, quando deveria estar fiscalizando as empresas aéreas e garantindo os direitos dos passageiros e a segurança operacional. A Agência está sem profissionais suficientes para dar conta das suas tarefas, como a habilitação de novos profissionais, e tem implementado mudanças radicais, prejudicando a segurança de voo e colocando em risco nossa soberania e o futuro das empresas de bandeira nacional, permitindo a redução de comissários de voo nas aeronaves, implementando os Céus Abertos.

As empresas são as principais responsáveis pelos problemas nos aeroportos, pois contratam menos funcionários do que deveriam para atender os voos e os passageiros, mas não são fiscalizadas ou punidas. E a Infraero teve muitas obras paralisadas por problemas com o TCU.

Contudo, esses problemas não deveriam ser resolvidos com a privatização, o entreguismo da Aviação Civil ao capital estrangeiro. Estamos denunciando isso há anos e seguiremos na luta pelo cumprimento da PNAC, das resoluções do Conac, por fiscalização e maior eficiência da Anac, por um projeto sustentável para a aviação nacional que

Defendemos que o governo deve continuar à frente dos aeroportos, a fim de defender o espaço aéreo brasileiro e garantir a segurança operacional

respeite os trabalhadores brasileiros e atenda aos interesses da nossa nação.

## O não socorro à Varig e a privatização dos aeroportos significa que o Governo Federal entende que esta área não é prioridade?

**CK** – Houve um esforço do governo por conta da pressão dos trabalhadores, mas, infelizmente, ele não foi adiante. Frente à conjuntura atual e analisando os fatos dos últimos anos, avaliamos que, para o governo, ou o setor aéreo não é prioridade, ou é em um enfoque diferente do nosso, com um viés neoliberal e privatista. Esses são os fatos contra os quais viemos lutando. A Anac vem promovendo políticas extremamente prejudiciais para o setor, assumindo um papel que é do governo e do Conac e não cumprindo com sua tarefa de fiscalizar as empresas aéreas. Defendemos um modelo, no qual o governo é o ator principal da gestão dos aeroportos brasileiros, através da Infraero, há política de curto a longo prazo para a aviação, fomento à formação de novos profissionais, respeito às normas de segurança operacional e aos direitos dos trabalhadores e passageiros.

## Acontecendo a privatização dos aeroportos, os serviços vão melhorar?

**CK** – Acreditamos que não. O governo tem recursos, inclusive já destinados a isso, para dar conta desses investimentos. Falta vontade política. O interesse do capital é o lucro, não o interesse social. Fora o aumento das tarifas, a insegurança sobre o controle do espaço aéreo, o risco de desnacionalização da aviação, incluindo aeroportos e empresas aéreas, corremos o risco de perder os aeroportos das regiões mais distantes, que são deficitários, mas extremamente importantes para a integração nacional e a economia regional, ou teremos que arcar com seus custos, quando, hoje, a Infraero, através do cruzamento das receitas, faz isso sem onerar o contribuinte e o Tesouro.

## A ANAC terá um papel fundamental na fiscalização dos aeroportos privados?

**CK** – A Anac tem um papel fundamental na fiscalização do setor aéreo brasileiro, independente de os aeroportos serem públicos ou privados. E já há aeroportos privados no Brasil, que não fazem parte da Rede Infraero, com muitos problemas, como em Porto Seguro. Se a Anac fiscaliza mal as empresas aéreas e as empresas de infraestrutura aeroportuária privadas hoje, imagina o caos que teremos se mudarmos a estrutura da Infraero e não mudarmos a atuação da Anac.